Vasco Pulido Valente

# A República e as classes trabalhadoras*

## (Outubro de 1910-Agosto de 1911)

*Quando a Monarquia caiu em Portugal, as classes trabalhadoras esperavam que a República lhes trouxesse uma rápida melhoria do seu nível de vida. O movimento sindical desenvolveu-se e os conflitos de trabalho intensificaram-se: o poder dos patrões não poderia ser mais forte que o dos antigos senhores que haviam sido derrubados. No entanto, os militantes operários estavam divididos: uns apoiavam e outros não apoiavam o Partido Republicano. O Governo Provisório, pela sua política, não só agravou essa divisão, como tornou impossível aos sindicatos e ao Partido Socialista colaborar com o novo regime político. Contribuiu assim para estabelecer no País um estado de guerra latente entre as classes trabalhadoras e as classes urbanas republicanas com que o regime se identificava. Isso contribuiu decisivamente para tornar a República inviável e preparar a sua queda.*

Em Abril de 1908, João Chagas negara com virtuosa indignação que tivesse prometido aos trabalhadores portugueses «bacalhau a pataco». Não tinha, protestara, e mais: nunca poderia ter prometido semelhante coisa. O P. R. P. (Partido Republicano Português) não estava interessado em comprar o apoio passivo do «povo». A República devia ser o próprio «povo» em acção e não cabia, portanto, aos dirigentes oferecer-lhe «bacalhau a pataco» ou a tostão, mas deixá-lo livre de exercer a sua soberana vontade. Assim, tudo o que ele, Chagas, modestamente se permitira dizer-lhe fora: «Surge et ambula» (Levanta-te e caminha), já que, como todos os verdadeiros Jacobinos, não perdia uma oportunidade de citar a Bíblia.

Contudo, apesar deste benevolente aviso, a maioria dos trabalhadores que militavam no P. R. P. continuou a esperar do advento da República, primeiro e antes de mais nada, um aumento do seu nível de vida: «bacalhau a pataco», isto é, preços baixos, rendas baratas, salários mais altos [1].

---

* Este artigo faz parte dos trabalhos de uma tese de doutoramento, a apresentar na Universidade de Oxford, que o autor tem estado a preparar como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

[1] M. SANTOS, «Editorial», *Int.*, 17/3/1911; *Int.*, 7/5/1911. (N. B. — Para identificação das fontes em abreviaturas nas notas, ver, no final do texto, os quadros «Imprensa Republicana» e «Imprensa das Classes Trabalhadoras».)

Quando, finalmente, chegou, a revolução de Outubro criou novas esperanças em todos os que tinham visto a Monarquia «multissecular» cair, o Exército render-se, os seus antigos donos e senhores humilhados, perseguidos, exilados. Durante alguns meses de santa excitação pareceu possível corrigir todos os abusos e instaurar uma nova era de justiça universal. E se o rei, os generais, os ministros e os políticos tinham tido de se submeter, quem eram os patrões para resistir? Como escrevia, convicto, um trabalhador de Lisboa, acabara «o tempo do posso, quero e mando»[2].

Estas ilusões e estas esperanças, juntamente com a experiência política que as classes trabalhadoras haviam acumulado durante a luta contra a Monarquia, provocaram um extraordinário renascimento do movimento sindical e uma geral intensificação dos conflitos de trabalho. Depois de anos e anos de frustração, em que os trabalhadores enchiam os Centros Republicanos, conspiravam na Carbonária Portuguesa[3] ou pura e simplesmente ficavam indiferentes à defesa dos seus interesses, os dirigentes sindicais começaram a falar de um «despertar uníssono [*sic*]», de uma «explosão de energias», como se as cristãs exortações de Chagas tivessem sido por fim ouvidas[4].

Os números de que dispomos confirmam essas declarações. Em 1910, segundo um inquérito oficial, havia em Portugal 119 sindicatos em actividade, com 23 237 membros. Lisboa tinha 33 sindicatos, com 7570 membros; o Porto 39 sindicatos, com 7645 membros, e o resto do País 47 sindicatos, com 8022 membros[5]. Chegara-se a esta situação desesperada depois de uma década de lenta decadência. Sobretudo desde 1906, quando o Governo de Franco desencadeara o assalto final à Monarquia, que a maior parte dos sindicatos tinha vindo a perder apoio, à medida que os trabalhadores se deixavam absorver pela perspectiva mais excitante da revolução[6]. Significativamente, em 1910, dos 4 sindicatos com mais de 100 membros (a A. C. da Construção Civil do Porto[7], as A. C. dos Marítimos e dos Soldadores de Setúbal e a A. C. dos Operários Têxteis de Lisboa), só 1 tinha sede em Lisboa. Porque a vida política era menos intensa na província, mesmo em cidades comparativamente grandes como o Porto e Setúbal, os trabalhadores também se distraíam menos dos seus problemas próprios. Até 1910, por exemplo, o Porto teve mais sindicatos, maiores e melhor organizados do que Lisboa.

No entanto, o advento da República transformou radicalmente este quadro sombrio. Tão radicalmente que, por sua vez, a frase «explosão de energias» não era um grosseiro exagero. Na Primavera de 1911 já existiam 356 sindicatos em Portugal, a maioria

---

[2] *Lut.*, 23/11/1910.

[3] «Editorial», *Voz Pov.*, 16/10/1910. Carbonária Portuguesa: organização Republicana revolucionária, fundada por Luz de Almeida e dirigida em Outubro de 1910 por M. Santos e António Maria da Silva.

[4] J. do VALLE, «Editorial», *Ger.*, 5/11/1910; C. RATES, *Ger.*, 3/12/1910.

[5] *B. T. I.*, 81, 1919; *Rep. Soc.*, 25/2/1912.

[6] *Rep. Soc.*, 31/3/1912.

[7] A. C.: Associação de Classe ou Sindicato.

dos quais haviam sido fundados ou reanimados depois de Outubro de 1910 [8]. A sua distribuição geográfica também se alterara reconhecìvelmente. A área mais forte era agora o Sul, isto é, os concelhos de Lisboa e Setúbal, o Alentejo e o Algarve, onde o P. R. P. fora mais popular durante a Monarquia [9]. O Porto ficava com menos de metade dos sindicatos de Lisboa e os concelhos limítrofes com muito menos do que Almada, o Barreiro e o Seixal, ou até Setúbal por si só. O facto é tanto mais revelador quanto o Norte conhecera o mesmo «despertar» das classes trabalhadoras que o Sul.

Há poucas informações disponíveis sobre o número de membros dos sindicatos, mas as que existem tendem a confirmar o renascimento geral do movimento [10]. De 30 organizações sobre as quais temos dados suficientes, 7 diminuíram e 23 aumentaram o número dos seus membros. Além disso, as perdas foram, em regra, pequenas (nunca mais de 10 %), enquanto os ganhos foram substanciais, excedendo às vezes 100 %, como no caso dos Corticeiros de Setúbal e de Almada, dos Barbeiros de Braga, dos Marítimos de Matosinhos, dos Operários Têxteis, Soldadores, Sapateiros e Alfaiates de Lisboa, dos Trabalhadores de Fábricas de Setúbal e de vários outros. Mas aqui de novo é importante notar que houve aumentos maiores e mais frequentes no Sul do que no Norte. Nenhum sindicato do Norte teve ganhos da ordem dos 300 %, como, por exemplo, os Corticeiros de Almada ou os Soldadores de Silves.

Por último, o progresso do movimento sindical também se manifestou no aperfeiçoamento da sua organização colectiva. Durante a Monarquia era legal criar A. C., mas não federações de supôs-se (embora sem razão) que os regulamentos legais em vigor haviam sido automàticamente revogados e começaram-se a formar algumas organizações federais, enquanto outras eram salvas da impotência semiclandestina em que tinham vivido. Muitos sindicatos foram assim associados segundo profissões, geografia e ideologia. Em meados de 1911, as federações profissionais mais poderosas eram as dos Construtores Civis, Corticeiros e Operários Têxteis, mas também existiam a nível nacional, provincial ou local federações de Chapeleiros, Ferroviários, Tabaqueiros e Tipógrafos. Fundada em 1911, a União dos Trabalhadores de Setúbal (Anarco-Sindicalista) tornou-se ràpidamente na mais célebre e eficaz das federações interprofissionais. No Porto, a União Geral de Trabalhadores (também predominantemente Anarco-Sindicalista), que vivera anos de uma obscura inutilidade, mostrou o seu novo vigor logo em Dezembro de 1910. Em Julho de 1911 já se tornara tão incomodativa que foi dissolvida pelo governador civil, Nunes da Ponte. Por seu lado, os Socialistas dominavam três federações: uma no Porto, uma em Lisboa e uma em Tomar, a

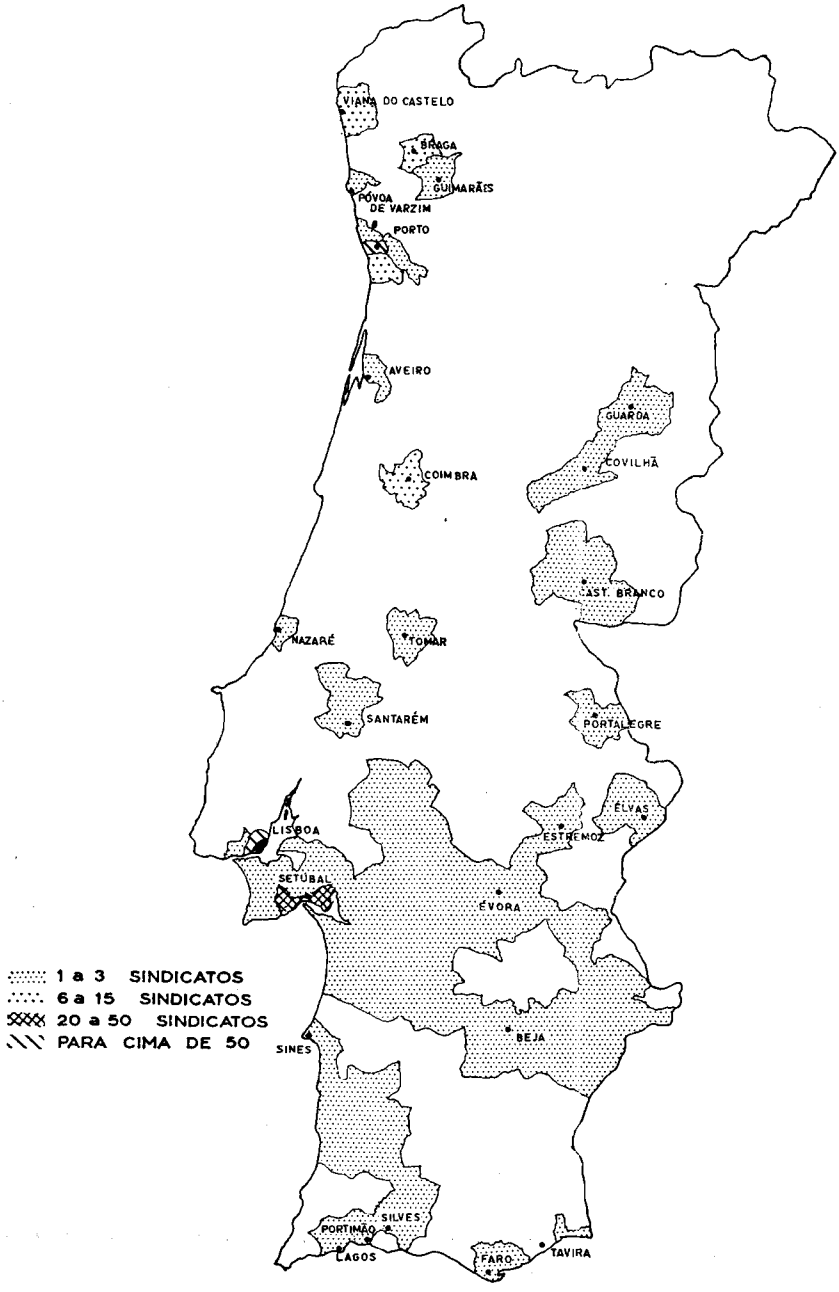
---

[8] *B. T. I.*, 81, 1919; *Aur.; Voz Pov.; Rep. Soc.; Voz Op.; Voz Prol.; Ger.; Trb.; Sem.; Int.; Mun.; Sec.;* etc.

[9] Vd. mapa da p. 296.

[10] *Sind.; Rep. Soc.; Voz Pov.;* etc.

**Sindicatos em 1911**



última fundada já em 1911. Mas as federações Socialistas eram consideràvelmente mais pequenas e menos militantes do que as Anarco-Sindicalistas.

Em 1911 não se fez ainda qualquer tentativa para criar uma federação nacional em bases ideológicas, que só surgiria em 1913. Os sindicatos de tendência Anarco-Sindicalista organizaram um Congresso em Lisboa, em que estiveram representadas 91 A. C. de todo o País, com um número total de mais de 35 000 membros. O Congresso redefiniu a táctica e a estratégia gerais do movimento (uma simples redeclaração dos princípios básicos do Anarco-Sindicalismo aplicados à situação portuguesa) e criou algumas comissões que mais tarde dirigiriam a grande greve «política» de Janeiro de 1912 e poriam de pé a Federação das Associações de Classes de Lisboa, destinada a uma curta e agitada vida.

No entanto, e apesar de tudo isto, os notáveis progressos das organizações de trabalhadores em 1910 e 1911 não se devem exagerar. Tanto os sindicatos antigos como os recém-criados continuaram a representar apenas uma pequena percentagem dos trabalhadores activos na maior parte das profissões, a não dispor de fundos suficientes e a não ter qualquer influência sobre o Governo ou qualquer domínio sobre o mercado de trabalho. As próprias federações mostraram frequentemente a fraqueza dos seus poderes disciplinares e a sua quase total incapacidade para encabeçarem ou mesmo coordenarem as reivindicações das A. C. suas filiadas.

Demais, uma substancial minoria das classes trabalhadoras, sobretudo em Lisboa, mas também no Porto, em Coimbra e em Setúbal, manteve o seu desinteresse pelos sindicatos e preferiu apoiar organizações Republicanas típicas, como os Batalhões de Voluntários [11] ou a zelosa Polícia «Cívica» do Porto [12]. Durante todo o ano de 1911 e até meados de 1912, tanto a imprensa Socialista como a Anarco-Sindicalista gritaram contra «o vírus», «a doença», «a mania», «a loucura», que levavam os trabalhadores a desprezar os seus interesses específicos a favor de instituições políticas pequeno-burguesas [13]. Não se cansavam de explicar que a Polícia «Cívica» e os Batalhões, mas especialmente estes, eram inimigos naturais da classe operária e que, mais tarde ou mais cedo, seriam usados para atacar o movimento sindical [14]. Porém, mesmo quando, vez após vez, os factos lhes deram razão, os seus «irmãos» e «camaradas» transviados não os ouviram. Foram necessários muitos meses e até anos de violência, miséria e desilusão para que lentamente, contrariadamente, deixassem de apoiar os Batalhões.

---

[11] Batalhões de Voluntários: organizações paramilitares de activistas Republicanos fundadas depois de Outubro de 1910; Polícia «Cívica»: corpo de polícia civil do Porto, constituído por militantes Republicanos, também fundada em 1910.

[12] «Editorial», *Sind.*, 26/3/1911; *Cort.*, 3/6/1911.

[13] *Sind.*, 18/12/1910, 1/1/1911, 22/1/1911 e 19/2/1911; *Trb.*, 5/2/1911; *Aur.*, 5/3/1911, e «Editorial» de 12/3/1911; *Rep. Soc.*, 16/4/1911.

[14] *Sind.*, 11/12/1910, 22/1/1911 e 12/2/1911; *Aur.*, 8/1/1911; *Ger.*, 18/2/1911.

A razão desta estranha lealdade reside provàvelmente no facto de os Voluntários, a Polícia «Cívica» e as suas inúmeras imitações darem aos trabalhadores um certo poder político que os compensava da sua extrema sujeição económica. O trabalhador médio, que era obrigado a um dia de dez, doze e até, às vezes, catorze horas por um salário de fome, que sofria a pequena tirania de patrões, mestres e encarregados, recuperava a dignidade e, com a dignidade, o amor-próprio quando vestia o uniforme dos Voluntários ou enfiava no braço a banda vermelha e verde da Polícia «Cívica». Não admira que, como um pedreiro que *O Sindicalista* designava à eterna abominação dos autênticos proletários, pudesse perder a cabeça a ponto de ir empenhar os brincos da mulher para pagar as cotas do Batalhão ou comprar as indispensáveis insígnias da autoridade revolucionária Republicana [15]. No papel de Voluntário ou de Polícia «Cívico» sentia-se um homem novo. Patrões e encarregados, burgueses e aristocratas, os ricos e os felizes temiam-no e respeitavam-no. Quando passeava na rua à caça de conspiradores, clericais, alarmistas, boateiros e outros criminosos do dia, não existiam «capitalistas» e operários, «doutores» e analfabetos, existiam só «bons Republicanos» e traidores. Podia interrogar quem queria, espancar os seus inimigos políticos e, às vezes, pessoais, passar buscas a casas «suspeitas», destruir jornais, centros, clubes e monumentos públicos, enquanto a imprensa Radical [16] o louvava e lhe agradecia os patrióticos serviços. Não é de admirar que não estivesse fàcilmente disposto a abrir mão desta sua nova força e prestígio para ganhar uns tostões mais, que não alterariam fundamentalmente a sua situação económica.

No entanto, nem todos os trabalhadores se alistaram ou mesmo quiseram alistar-se nos Voluntários ou na Polícia «Cívica». A maioria apoiou os sindicatos ou fez simplesmente sentir a sua recente militância nas fábricas e oficinas em reivindicações independentes e imediatas, sem se preocupar demasiado com questões de organização. Esta espontaneidade era em parte «programática», isto é, recomendada como a melhor (e única legítima) estratégia pelos teóricos Anarco-Sindicalistas, mas também em parte o resultado da experiência política, dos hábitos de activismo e da exaltação revolucionária criados pela conspiração Republicana e pela vitória de Outubro.

Na verdade, o desenvolvimento das organizações sindicais constituía apenas um sintoma — e não o mais importante — do novo espírito dos trabalhadores. Os sindicatos nem sempre promoveram, dirigiram ou sequer apoiaram a onda de greves que começou logo em Outubro de 1910, chegou ao seu ponto mais alto em Maio e Junho de 1911 e continuou pelo Inverno de 1912. Em muitos casos mesmo, as A. C. nasceram das greves e foram o seu único resultado positivo. Mas o número, as proporções e a violência

---

[15] *Sind.*, 19/2/1911.

[16] Chama-se, neste artigo, Radical à ala esquerda do Partido Republicano Português, cujo chefe oficioso era A. Costa e a voz autorizada o jornal *O Mundo*, dirigido pelo Marat da revolução portuguesa, F. Borges.

dos conflitos mostraram por si só que as classes trabalhadoras se tinham tornado numa força política.

Em 1908 houvera só 14 greves; em 1909, 17 e nos primeiros nove meses de 1910 o número subira ligeiramente para 19. As greves anteriores a Outubro de 1910 nunca envolveram mais do que alguns milhares de homens (entre 2000 e 3000) ou chegaram a ameaçar a ordem pública [17]. Porém, depois da revolução, este quadro de sossego antigo mudou abruptamente com uma insuspeita e, muitas vezes, desesperada violência. Nos últimos vinte dias de Outubro de 1910 deram-se 21 greves; em Novembro, 48; em Dezembro, 26; em Janeiro de 1911, 37; em Fevereiro, 18; em Março, 22; em Abril, 4; em Maio, 25; em Junho, 42; em Julho, 2, e em Agosto, 12. O número total de greves ocorridas entre Outubro de 1910 e Agosto de 1911 excedeu largamente o de todos os conflitos anteriormente registados. Até hoje as classes trabalhadoras não se voltariam a levantar com tão grande unanimidade em defesa de interesses especìficamente seus [18].

É verdade que 1911 foi um ano económico particularmente difícil: os preços subiram depressa [19], o desemprego atingiu enormes proporções e os salários, apesar da reivindicação sindical, pouco aumentaram. Para o trabalhador médio, as condições devem ter sido pouco menos que intoleráveis, a julgar pela taxa de emigração (uma das mais altas de sempre) [20], pelas queixas constantes contra a elevação dos preços do pão, do peixe, do azeite e do vinho — elementos essenciais da dieta popular — e também pela série interminável de demonstrações de desempregados (principalmente de Corticeiros e Construtores Civis) em frente do Ministério do Interior ou do Ministério do Fomento, onde um tranquilo Brito Camacho era invariàvelmente pródigo em conselhos e palavras de compreensão.

No entanto, se não fosse pelas grandes esperanças criadas pela revolução de Outubro, é duvidoso que a depressão de 1911 houvesse provocado mais do que uma intensificação dos conflitos de trabalho normais. Nas circunstâncias, porém, desencadeou uma crise nacional que em certos momentos pareceu anunciar uma nova fase revolucionária e por pouco não destruiu o precário equilíbrio de forças em que se sustentava o Governo Provisório.

Como é óbvio, nem todas as greves tiveram a mesma importância, isto é, a sua extensão, duração e consequências políticas e económicas variaram de caso para caso. As que produziram um impacte psicológico mais forte afectaram serviços públicos em Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal, como as greves de Gasomistas em Novembro, Dezembro e Janeiro, do pessoal da Carris em No-

---

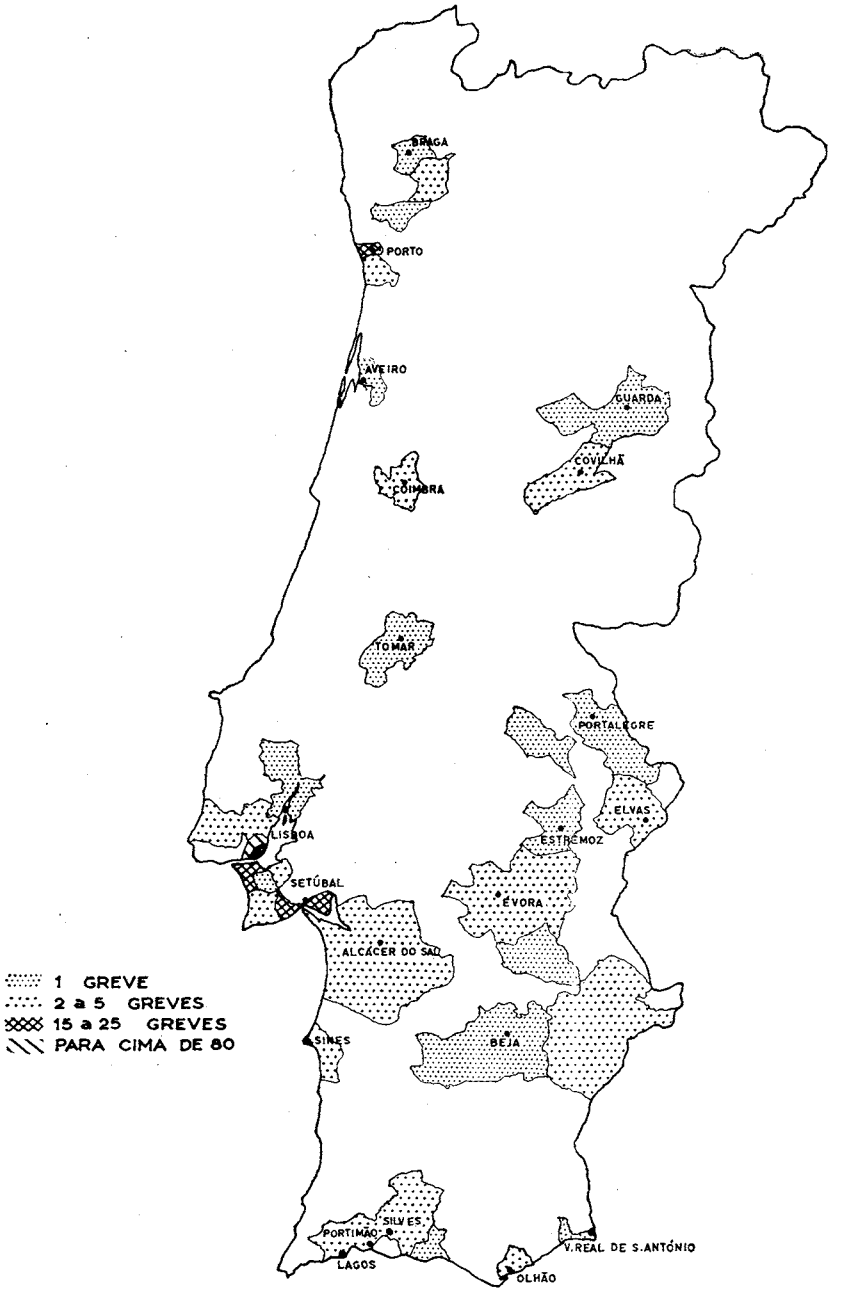
[17] *B. I. T.*, 40, 1910, e 81, 1919; F. E. SILVA, *As Greves;* M. J. SOUSA, *O Sindicalismo em Portugal.*

[18] *Sem.*, 1/1911, 235, 236; 2/1911, 244; 3/1911, 252; 4/1911, 260; 7/1911, 284; *B. T. I.*, 81, 1919; *Sind.; Aur.; Ger.; Voz Pov.; Rep. Soc.; Trb.; Cort.; Chap.; Const. Civ.; Rude.; Mun.; Mont.; Lut.; Sec.; Cap.; Carb.; Not. Ev.;* etc.; M. J. SOUSA, *O Sindicalismo...*; F. E. SILVA, *As Greves.* Vd. mapa da p. 300.

[19] A. V. ROCHA, *Situação Económica de Portugal, a Alta dos Preços.*

[20] Joel SERRÃO, *A Emigração Portuguesa.*

Número de greves em 1910-11, excepto as greves rurais de Maio-Junho de 1911



vembro e Junho, dos Trabalhadores da Companhia das Águas em Novembro e dos Telefonistas em Novembro e Janeiro. Uma série de greves de Ferroviários também em Novembro e Janeiro, que se sentiram pràticamente em todo o País, suscitaram os primeiros excessos de autoritarismo do Governo Provisório e estiveram na origem de uma onda de histeria antianarquista, que levaria tempo a passar. Greves dos Carregadores do Porto de Lisboa em Outubro, dos Soldadores de Setúbal e dos Sapateiros de Lisboa em Dezembro, dos Chacineiros de Aldeia Galega e dos Metalúrgicos de Lisboa em Janeiro, dos Trabalhadores e das Mulheres de Fábricas de Setúbal em Fevereiro, dos Tipógrafos de Lisboa e dos Marítimos de Portimão em Maio, pelo número de pessoas que envolveram e pela respectiva importância económica, também chamaram a atenção do País e largamente contribuíram para a atmosfera de insegurança, de guerra civil latente, em que se viveu desde Janeiro de 1911.

Também se fizeram três tentativas de greve geral, em Lisboa, Setúbal e Almada, como protesto contra a intervenção brutal do Governo em conflitos de trabalho. Mas, embora as de Setúbal e Almada tivessem tido um certo, ainda que limitado, êxito, a de Lisboa nunca chegou a adquirir proporções respeitáveis e acabou num desastre total, enquanto a imprensa Republicana aclamava «a lealdade» do «povo» [21].

Finalmente, de um ponto de vista político, as greves mais importantes de 1910 e 1911 foram sem dúvida as greves rurais de Maio e Junho de 1911. Ocorreram em duas áreas distintas. As primeiras paragens deram-se no concelho de Almeirim e depois alastraram ao longo do Tejo, para norte, até à Golegã e à Chamusca e, para sul, até à Moita e Lisboa. Dias mais tarde, uma nova e mais poderosa onda de greves começou a irradiar de Évora, chegando a atingir pontos tão distantes como Castelo de Vide, a nordeste, Alcácer do Sal, a oeste, e Serpa, a sudeste [22].

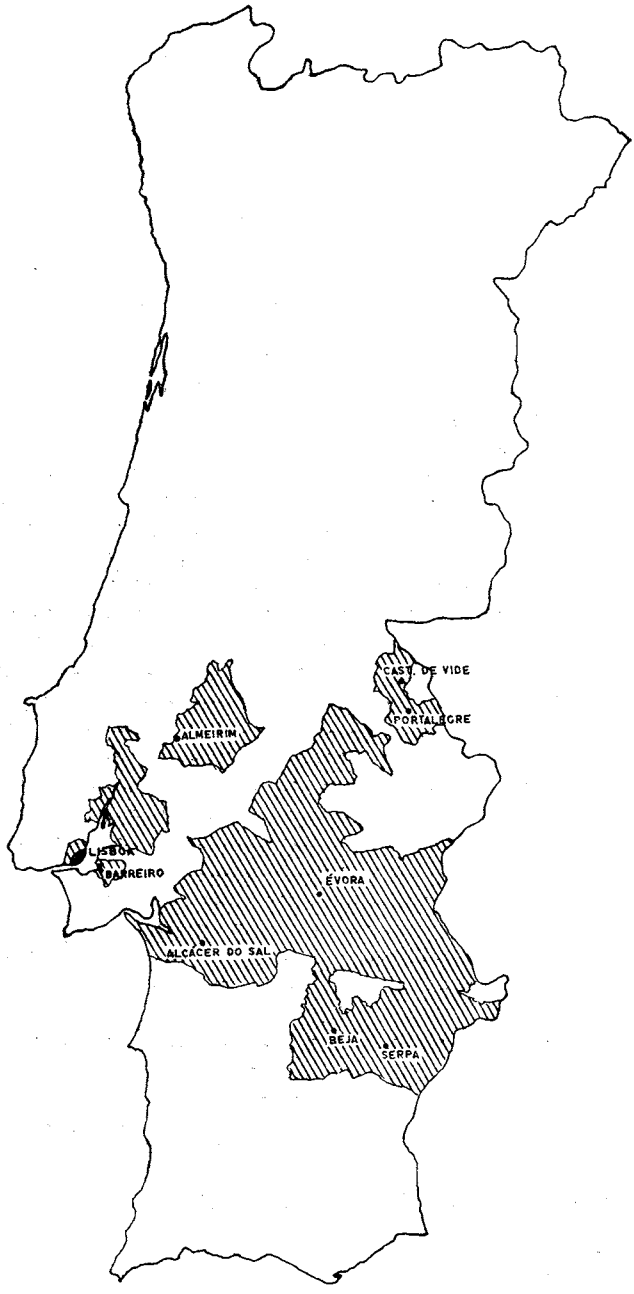
O espectáculo de milhares de trabalhadores rurais abandonando os campos, enchendo cidades, vilas e aldeias, apresentando extensas reivindicações, contribuiu mais do que qualquer outra coisa para assustar os conservadores de todos os géneros e os convencer de que a subversão geral estava ao virar da esquina. Na verdade, o que se tornara habitual, quase tolerável, nas grandes cidades tomava um sentido muito diferente no velho, estável mundo da província rural [23]. Quando um trabalhador de Évora disse de «ratinhos» «fura-greves» que eles «não tinham o direito de se deixar explorar», falava de facto uma linguagem que nunca antes se ouvira [24].

No entanto, não havia razão para os amigos da ordem se preocuparem. Tanto as greves rurais como as urbanas se revelaram fáceis de derrotar, se não de impedir. Os trabalhadores não contavam com o apoio de fortes A. C. Antes de mais, embora as

---

[21] *Mun.*, «Editorial», 22/3/1911 e 23/3/1911.
[22] Vd. mapa da p. 302.
[23] *Mer.*, 13/8/1911.
[24] *Not. Ev.*, 3/6/1911.

**Areas afectadas pelas greves rurais de Maio-Junho de 1911**



áreas e as profissões com uma taxa mais alta de sindicalização fossem igualmente as mais inclinadas a greves, tanto Anarco-Sindicalistas, como Socialistas, por razões diferentes e com diferentes objectivos estratégicos, insistiam em sublinhar que muitas delas começavam espontâneamente, nas fábricas, nas oficinas ou nos campos, sem que as A. C. tivessem sido consultadas e frequentemente mesmo prevenidas [25]. Porém, até quando o auxílio dos sindicatos era pedido ou eles próprios tomavam a iniciativa de apresentar reivindicações, as mais das vezes provaram ser instrumentos de luta ineficazes. Primeiro, porque não dispunham de fundos suficientes; depois, porque, apesar do seu recente crescimento, continuavam a representar apenas uma pequena proporção dos profissionais do ramo [26].

Assim, a greve média acabava ao fim de uns dias: poucos e geralmente violentos. Ou, se os trabalhadores conseguiam resistir às primeiras crises, sucumbia à intervenção de «fura-greves», protegidos pelo Exército, pela Guarda Republicana ou pelos Batalhões de Voluntários. Mesmo nos casos, muito raros, em que os patrões se viam forçados a ceder, nada podia depois impedi-los de despedir os cabecilhas mais conspícuos e de faltar à palavra dada, precisamente quando a capacidade de resistência dos trabalhadores chegara ao ponto mais baixo [27].

Sucessivos fracassos levaram os Socialistas a condenar greves espontâneas, mal preparadas e «não económicas» e a advogar de preferência a tarefa menos heróica, mas, esperava-se, mais frutífera, de fortalecer gradualmente os sindicatos [28]. Os Socialistas irritavam-se sobretudo com a aparente irresponsabilidade com que os Anarco-Sindicalistas arriscavam numa única aventura organizações que tinham custado meses e anos a pôr de pé [29].

No entanto, a prudência e o gradualismo defendidos pelo P. S. P. (Partido Socialista Português) estavam destinados à impopularidade na atmosfera revolucionária e nas condições caóticas de 1911. As instituições políticas pareciam fracas, provisórias, fáceis de destruir. Não era necessária mais inocência estratégica para acreditar que uma série de curtos e violentos conflitos de trabalho se podia transformar num levantamento geral contra a República do que o fora para supor que um pequeno grupo de lojistas, empregados de escritório, caixeiros e trabalhadores, chefiado por oficiais subalternos, conseguiria derrubar a Monarquia. Demais, a própria estrutura da indústria portuguesa e o desemprego endémico tornavam a maior parte das greves económicas, por pacífica e cuidadosamente organizadas, ainda mais fúteis. Normalmente dispersos por dezenas, quando não centenas, de pequenas unidades de produção, tendo adversários e reclamações diferentes,

---

[25] «Editorial», *Voz Pov.*, 30/10/1910; «Editorial», *Sind.*, 26/3/1911.

[26] *Trab.*, 27/11/1910 e 25/12/1910; «Editorial», *Rep. Soc.*, 2/4/1911; «Relatório das A. C. de Vila Franca de Xira», *Sind.*, 12/5/1912; «Relatório das A. C. de Coimbra», *Sind.*, 19/5/1912.

[27] «Editorial», *Sind.*, 26/3/1911 e 2/4/1911.

[28] «Editorial», *Rep. Soc.*, 2/4/1911; *Trib.*, 3/7/1911.

[29] *Voz Pov.*, 4/12/1910.

extremamente vulneráveis a «fura-greves», era pràticamente impossível aos trabalhadores assentar em reivindicações colectivas uniformes ou coordenar e permanecer unidos durante a luta. Por mais fortes que fossem as A. C., nada podiam contra este estado de coisas. Por um lado, não estava ao seu alcance acabar com o desemprego; por outro, seriam sempre demasiado fracas politicamente para imporem ao Governo Provisório um regime legal de *closed-shop*.

A impotência arrastou a maioria dos trabalhadores para uma estratégia cataclísmica, de que os inconvenientes a longo prazo não ficavam à vista, mas cujos resultados imediatos pareciam prometedores [30]. Previsìvelmente, durante toda a República, houve mais trabalhadores Anarco-Sindicalistas do que Socialistas, mais A. C. Anarco-Sindicalistas do que Socialistas e também uma ininterrupta sucessão de greves, regularmente vencidas, regularmente recomeçadas, com teimosia, coragem e uma esperança aparentemente inesgotável. Assim, enquanto os Anarco-Sindicalistas conduziam o movimento operário a um fim apocalíptico, mas heróico, o P. S. P. e as A. C. a ele ligadas viveram precàriamente do apoio das secções conservadoras das classes trabalhadoras, ou seja, dos elementos ameaçados de desemprego tecnológico, como os Soldadores, dos elementos pertencentes a profissões com fortes e antigas tradições associativas, como os Tabaqueiros, e sobretudo daqueles cujo trabalho em nada se relacionava com a indústria fabril ou oficinal, como os Vendedores de Leite.

A emergência das A. C. como força política maior defrontou o Governo Provisório com um problema e um desafio. O problema consistia em manter a agitação sindical dentro de limites toleráveis, tanto em termos políticos como económicos, sem recorrer à brutalidade sistemática e, portanto, sem tornar o regime odioso aos trabalhadores. O desafio residia em usar o crescente poder destes últimos para solidificar a República, o que só seria possível se o processo político constitucional servisse de meio eficaz de reivindicação operária e o Estado se convertesse num instrumento de reforma digno de confiança.

O Governo Provisório nem resolveu o problema, nem tentou sèriamente estar à altura do desafio. As razões desse trágico fracasso foram principalmente três. Por um lado, os dirigentes Republicanos temiam vir a ser *débordés* pela facção proletária da revolução. Não sem inquietação, assistiram ao desenvolvimento do sindicalismo português e às patentes demonstrações da nova militância dos trabalhadores. Por outro lado, nem a ideologia, nem as reivindicações imediatas, nem o estilo político dos Anarco-Sindicalistas e, em rigor, até dos Socialistas podiam ser populares junto dos mais típicos militantes do P. R. P., que eram lojistas, donos de oficinas, empregados de secretaria ou caixeiros e, além disso, convictos Jacobinos. Por último, os homens mais responsáveis do Partido pensavam que a República precisava do concurso das classes trabalhadoras para se manter e que esse concurso só seria



[30] Alexandre VIEIRA, *O Sindicalismo em Portugal.*

eficaz se subordinado às suas próprias directivas. Assim, os chefes Republicanos nunca se dispuseram a reconhecer a realidade da independência política das A. C. e do P. S. P. e fizeram mesmo tudo para a contrariar. Disso dependia a sua própria proeminência, como delegados da pequena burguesia urbana e das secções «avançadas» da classe média, e também, a curto prazo, a unidade da aliança revolucionária de Outubro, em que o regime se apoiava para sobreviver.

Demais, havia uma questão de ideologia. Desde os primeiros tempos do chamado «período de propaganda» que se assentara em que os trabalhadores não passavam de «crianças grandes», destrutivos como todas as crianças, mas, no fundo, inocentes e, sem dúvida, incapazes de acção autónoma, precisando do P. R. P. para os representar. Ainda em Abril de 1911, Bernardino Machado friamente proclamara que a República nada tinha a temer dos trabalhadores porque eles eram «bons». Não só eram «bons», mas também, segundo Bernardino, para os «dirigir» «bastava apenas» manifestar algum «interesse pela sua causa», «sentir as suas necessidades» e «ser amigo deles», porque, posto isso, se deixariam «conduzir até ao sacrifício» [31]. Esta serena condescendência encontrava-se a cada passo nos altos comandos Republicanos e as palavras de Bernardino não caricaturam, mas exprimem opiniões comuns.

Depois da revolução, o Governo Provisório considerou-se o pai benevolente das classes operárias e deu sinais de tencionar conceder-lhes o que achava que «em bom direito e boa justiça» lhes cabia [32]. Em Outubro de 1910, por exemplo, quando Afonso Costa anunciou o programa da «ditadura revolucionária», teve o cuidado de incluir diversos pontos de directo interesse para os trabalhadores, como o desenvolvimento dos serviços de Assistência Pública, a limitação legal do dia de trabalho a dez horas, a criação de um organismo oficial para arbitrar conflitos de trabalho e a revisão da chamada «legislação operária» em vigor [33]. Era um programa demasiado ambicioso, que nunca seria sèriamente executado, mas servia para mostrar que a República «não se esquecia» dos que «tão corajosamente haviam lutado por ela» e se preocupava sinceramente com a sua sorte.

Além disso, até meados de 1911, tanto o Governo Provisório como as autoridades locais encorajaram e paternalmente se congratularam com os progressos do movimento sindicalista. Por um lado, esperavam que o desenvolvimento das organizações diminuísse a militância dos seus membros, como sucedera por toda a Europa. Por outro, é possível que nem sempre percebessem que as A. C. se destinavam, antes de mais, à defesa de bem definidos interesses económicos e as considerassem apenas como uma espécie de clubes Republicanos de segunda ordem. Em Évora, por exemplo, *A Voz Pública,* órgão do governador civil E. Pimentel, aclamou a criação

---

[31] B. MACHADO, *Mun.*, 1/4/1911.
[32] «Editorial», *Mun.*, 28/10/1910.
[33] Declaração de A. Costa ao *New York Times, Sec.*, 29/10/1910.

da Associação de Trabalhadores Rurais do concelho como «uma bela iniciativa», eminentemente favorável «à regeneração, cultura e moralidade» dos seus futuros sócios [34], opinião que mudaria ràpidamente em Junho de 1911. No entanto, a aprovação que a República dava, nos seus princípios, ao progresso do sindicalismo português não inspirou o Governo Provisório a levantar as restrições legais à constituição de organismos federativos. Permitiu-se que fossem temporàriamente esquecidas, mas tornaram a ser desenterradas, para grande espanto e indignação dos trabalhadores, logo que voltaram a ser armas convenientes [35].

Finalmente, em Outubro de 1910, o Governo Provisório também decidiu legalizar as greves. Este gesto tem sido geralmente mal interpretado. Durante a Monarquia, as greves eram consideradas um crime pelo artigo 277.º do Código Penal, embora, de facto, fossem constantemente toleradas [36]. Deste modo, a legalização das greves pela República (ou seja, a revogação do artigo 277.º) fez pouco mais do que reconhecer formalmente uma situação há muito existente. Naturalmente, o Governo Provisório descreveu-a como um passo de gigante no caminho das verdadeiras reformas sociais e nova prova da sua ilimitada generosidade, mas, à época, ninguém se deu ao trabalho de acreditar nesta autoglorificação ritual.

O Governo Provisório esperava que os trabalhadores se contentassem com as concessões que lhes fizera e se dedicassem à meritória tarefa de «consolidar» o regime, não pondo em causa a sua autoridade superior. Contudo, apesar das declaradas boas intenções da República, aqueles não aceitaram com a necessária humildade que o Partido Republicano bastasse para os representar politicamente, ou sequer que a melhor maneira de promover os seus interesses consistisse em não mexer um dedo e encomendar-se à boa vontade do Governo. Embora discordassem em quase tudo o resto, tanto Socialistas como Anarco-Sindicalistas sustentavam que os trabalhadores deviam ter as suas próprias organizações e os seus próprios dirigentes e conduzir sòzinhos as suas próprias lutas [37]. Porém, as respectivas atitudes para com a República eram totalmente diferentes.

Os Anarco-Sindicalistas defendiam uma posição de intransigência absoluta. Para eles, a revolução de Outubro «liquidara» «o problema político». Mais: a queda da Monarquia «provara» de uma vez para sempre que apenas «as mudanças económicas podiam ser directamente úteis ao povo». Estavam eles, portanto, dispostos a proteger de armas na mão o regime que tinham ajudado a implantar, enquanto «os burgueses tratavam serenamente da sua vida vã», mas, se a República os hostilizasse, não tardaria a morrer «com as mesmas bombas que ensinara [...] a fabricar». Os Anarco-Sindicalistas não tinham, em particular, a menor intenção de adiar

---

[34] *Voz Pub.*, 22/12/1910.
[35] *Voz Pov.*, 23/7/1911.
[36] *Voz Pov.*, 11/12/1910.
[37] *Aur.*, 13/11/1910; «Manifesto eleitoral do P. S. P.», *Mun.*, 27/3/1911.

sobrevivência do regime e, portanto, a dar uma decisiva contribuição para a futura estabilidade deste último [45]. Demais, em 1911, todas as medidas susceptíveis de fortalecer os Socialistas iriam inevitàvelmente enfraquecer a posição dos activistas Anarco-Sindicalistas e não é absurdo imaginar (quer isso se considere desejável, quer não) que, com o tempo, a luta dos trabalhadores por melhores condições tivesse podido passar a ser uma característica normal e universalmente aceite do sistema político.

Porém, nem lealdade, nem apoio, nem bom comportamento conseguiram convencer os políticos Republicanos a promover o P. S. P. à dignidade de oposição oficial, facto que se tornou desgraçadamente claro durante as eleições de Maio de 1911. Os dirigentes Socialistas esperavam que o Directório e o Governo acabassem por perceber a tempo as evidentes vantagens de levar um número significativo de deputados do P. S. P. à Assembleia Constituinte e, depois, ao Parlamento. Mais precisamente, até ao último momento, e apesar de todas as provas em contrário, alimentaram a ilusão de que o Partido Republicano não disputaria as minorias [46] num certo número de círculos, abandonando-as aos candidatos Socialistas. Mas nem o Directório nem o Governo tomavam a sério o P. S. P. Em primeiro lugar, desconfiavam do seu passado Monárquico [47]. Em segundo lugar, como A. J. de Almeida bondosamente explicara, não achavam que os trabalhadores precisassem de mandar deputados ao Parlamento enquanto os Republicanos estivessem lá para falar por eles [48]. Em terceiro lugar, algumas personagens proeminentes do regime ambicionavam alargar a sua influência pessoal aos meios operários, o que desde logo lhes daria maior peso no P. R. P. e, mais tarde, talvez os ajudasse a formar um Partido Radical-Socialista, organizado, sob a sua direcção, a partir das fileiras Republicanas.

Sobretudo do ponto de vista destes últimos, era essencial que o P. S. P. não tivesse voz própria no Parlamento, para que eles se pudessem impor como os únicos representantes políticos dos trabalhadores. Este pequeno mas influente grupo de aspirantes a Radicais-Socialistas incluía homens tão diferentes como o grão-mestre da Maçonaria, Magalhães de Lima, o antigo chefe da Carbonária Portuguesa, Machado Santos, gente obscura e, pelo menos, dúbia, como Sá Pereira e até o amigo e conselheiro de Camacho, Agostinho Fortes. Em 1910, Fortes tentou mesmo criar um Partido Socialista Reformista («uma paródia ridícula», na opinião de *O Sindicalista* [49]) e começou por fundar um jornal efémero, que

---

[45] A tentação «política» chegou mesmo a tomar vários dirigentes Anarco-Sindicalistas, como, por exemplo, José do Valle, que se candidatou às Constituintes: *Sem.*, 5/1911.

[46] A Lei Eleitoral estabelecia para a província um sistema de representação proporcional, com lugares reservados aos candidatos menos votados.

[47] Nos últimos anos da Monarquia, alguns elementos do P. S. P. haviam sido tentados pela ideia de dar apoio ao regime a troco de algumas concessões legais e eleitorais.

[48] A. J. de ALMEIDA, *Mun.*, 8/5/1911.

[49] *Sind.*, 13/11/1910; J. do VALLE, «Editorial», *Ger.*, 4/2/1911; *Voz Pov.*, 1/1/1911.

as suas «justas reivindicações» em benefício da «consolidação» do regime, que consideravam «uma insignificante coisa» [38].

A estratégia Anarco-Sindicalista assentava lògicamente na condenação doutrinal do Estado e, consequentemente, da política em geral. A atitude dos Socialistas era mais conciliatória, já que esperavam tornar-se na oposição «oficial» ao Partido Republicano «histórico», como sucedera à S. F. I. O. de Jaurès. Os dirigentes Socialistas supunham que o P. R. P. não hesitaria em os fortalecer, porque um P. S. P. forte constituiria a melhor defesa da República, não só contra os Monárquicos, mas sobretudo contra os extremistas Anarco-Sindicalistas [39]. Esforçaram-se, assim, por demonstrar o seu imoderado amor pelas novas instituições e especialmente o seu interesse pela respectiva «consolidação», que as greves, como o Governo Provisório nunca se cansava de repetir, gravemente comprometiam [40].

Logo em Novembro de 1910, as duas federações Socialistas (a de Tomar ainda não existia) apressaram-se a levar o seu «apoio moral e solidariedade material» ao Governo Provisório e a aconselhar os trabalhadores a adiarem todas as reivindicações até à normalização do regime [41]. Mais do que isso, durante o Inverno de 1911, os militantes Socialistas invariàvelmente se opuseram à declaração de greves, a fim de «não perturbar a ordem pública», e algumas A. C. Socialistas chegaram mesmo a colaborar em manifestações Republicanas contra a agitação sindical [42]. Como seria de esperar, para a imprensa Anarco-Sindicalista, isto não passava de um triste sinal de «confusão e ignorância crassa» [43], mas para os dirigentes do P. S. P. não podia haver «ordem, bom senso e tino» que bastassem e os trabalhadores nunca fariam «sacrifícios» suficientes para não criar embaraços à República [44].

Se era òbviamente inútil que o Governo Provisório tentasse transformar o movimento Anarco-Sindicalista num partido político, ortodoxo e ordeiro, disposto a aceitar as regras constitucionais (quaisquer que elas viessem a ser) e a agir dentro dos respectivos limites, os Socialistas, pelo contrário, pouco deixavam a desejar em matéria de conservadorismo e respeito pela legalidade. Nestas condições, reconhecer o P. S. P. como legítimo representante das classes operárias equivaleria a criar-lhes um interesse de raiz na

---

[38] J. do VALLE, «Editorial», *Ger.*, 5/11/1910; *Aur.*, 13/11/1910; «Manifesto do Comité de Propaganda Sindicalista», in COSTA JÚNIOR, *História Breve do Movimento Operário Português*, pp. 64-66.

[39] «Editorial», *Voz Pov.*, 6/8/1911.

[40] «Editorial», *Voz Pov.*, 9/10/1910; «Comunicado da Federação Geral de Trabalhadores de Lisboa», *Trb.*, 16/10/1910 e 21/10/1910.

[41] *Aur.*, 20/11/1911; *Avan.*, 18/11/1911.

[42] «Editorial» e «Comunicado da Federação Geral de Trabalhadores do Porto», *Voz Pov.*, 30/10/1910; *Trb.*, 30/10/1910; «Moção da A. C. dos Latoeiros de Lisboa», *Lut.*, 17/11/1910; «Moção da A. C. dos Operários Fabris de Lisboa», *Lut.*, 20/11/1910; *Voz Pov.*, 27/11/1910; «Editorial» e «Comunicado da Federação Geral dos Trabalhadores do Porto», *Voz Pov.*, 4/12/1910; «Moção das A. C. dos Pintores e Canteiros de Lisboa», *Lut.*, 14/1/1911.

[43] *Aur.*, 20/11/1911.

[44] «Editorial», *Voz Pov.*, 9/10/1910.

considerava o «Decreto-Burla» [50] «uma das mais altas conquistas do proletariado» e a maioria das greves «crimes de lesa-pátria» [51].

Assim, em vez de ajudado, o P. S. P. foi azedamente guerreado nas suas pretensões a eleger alguns deputados. Desde logo, a «Lei Eleitoral» de A. J. de Almeida não deu direito de voto a grande parte do eleitorado Socialista potencial, que era analfabeto. Depois acumulou disposições «confusas, violentas, vexatórias [e] estúpidas», destinadas a complicar a vida ao P. S. P. [52] Por fim, o P. R. P. disputou todos os lugares disponíveis e o Governo Provisório usou de toda a sua capacidade de pressão administrativa e corrupção eleitoral contra os candidatos da oposição [53]. Nestas condições, os Socialistas só se apresentaram em doze círculos: dois em Lisboa, dois no Porto e arredores e um em Penafiel, Coimbra, Tomar, Torres Vedras, Aldeia Galega, Setúbal, Beja e Aljustrel. Em conjunto, o P. S. P. recolheu um total de 4000 votos, dos quais 2600 no Porto e Gaia e 800 em Lisboa, e não conseguiu eleger um único deputado [54].

Em contrapartida, o Partido Republicano trouxe à Assembleia Constituinte meia dúzia de funcionários fiéis que, com optimismo, a si próprios se descreviam como Socialistas, contando-se até entre eles um autêntico trabalhador, o canteiro Alfredo Ladeira. Esperava-se que estes homens — «os domesticadores», como lhes chamava com desprezo *O Sindicalista* [55] — ganhassem pouco a pouco a confiança das classes trabalhadoras e autênticamente as passassem a representar. Porém, embora a imprensa Radical não perdesse uma oportunidade de mostrar Ladeira de fato-macaco, nem o operário-deputado, nem qualquer dos outros presumíveis Socialistas da Assembleia, conseguiram deixar de ser universalmente considerados simples impostores às ordens do Directório e do Governo [56].

A forçada exclusão do P. S. P. da política parlamentar condenou-o a uma vida de impotência sem esperança e, parecendo confirmar que a estratégia de revolução total era a única lógica e viável, reforçou a posição dos Anarco-Sindicalistas. A luta pela emancipação política e económica dos trabalhadores nunca seria, assim, canalizada pelas instituições legais do País, mas implicaria

---

[50] Vd. p. 311.

[51] *Rep. Soc.*, 1/12/1910.

[52] *Voz Pov.*, 14/5/1911.

[53] *Voz Pov.*, 30/4/1911; *Rep. Soc.*, 21/5/1911 e 4/6/1911.

[54] No entanto, em 1910, o P. S. P. só conseguira obter 195 votos no Porto. [Vd. César NOGUEIRA, *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, vol. I, p. 309.] Mais tarde, por desistência de Nunes da Ponte, que se tornara governador civil do Porto, cargo incompatível com o de deputado, um Socialista entrou para o Parlamento. Mas, por um lado, Manuel José da Silva não era Afonso Costa e, por outro, o seu isolamento depressa o reduziu a uma apagada impotência. Logo nas primeiras semanas de trabalhos a Assembleia se recusou a discutir o problema da cortiça — que era uma questão de vida ou de morte para milhares de corticeiros desempregados —, mostrando com uma honesta brutalidade como era inútil a presença do representante Socialista em São Bento.

[55] *Sind.*, 12/2/1911; *Voz Pov.*, 16/4/1911.

[56] «Editorial», *Voz Pov.*, 16/4/1911; *Trb.*, 4/6/1911.

sempre a sua completa destruição. Por outro lado, mantendo o P. S. P. na obscuridade de um papel marginal, sem importância nem consequência, a República deu um passo decisivo no caminho de se tornar um regime de partido único, isolado entre católicos conservadores e Anarco-Sindicalistas e obrigado a usar do terror contra ambos os grupos para sobreviver.

No entanto, e apesar disto, nada contribuiu mais para fazer que os trabalhadores se sentissem violentamente expulsos da nova sociedade política do que a atitude brutal e intransigente do Governo Provisório para com as greves. É inegável que, antes de recorrerem à força, os dirigentes Republicanos tentaram evitar ou, pelo menos, limitar o problema com algumas concessões oportunas. Logo em 1910, por exemplo, Camacho criou uma Comissão destinada a arbitrar conflitos de trabalho e, em princípio, a pesar com a autoridade do Governo sobre os patrões mais renitentes à conciliação. Porém, a experiência não durou muito tempo. Por um lado, a Comissão não incluía representantes dos sindicatos. Por outro, embora entre os seus nove membros houvesse um tipógrafo, um corticeiro e um operário da construção civil, contava com uma larga maioria «burguesa», composta por um jornalista, um industrial, um negociante, um lojista e um médico [57]. Ostensivamente um instrumento político do regime, nunca foi aceite como juiz imparcial. Demais, deu frequentes provas de uma patética falta de poder e mesmo de influência. Os patrões ignoravam as suas recomendações com total impunidade, até quando, como muitas vezes acontecia, estas ficavam substancialmente aquém das reivindicações dos trabalhadores.

Sem surpresa, os Anarco-Sindicalistas, por razões tanto doutrinais como práticas, condenaram a Comissão de Trabalho em termos que não permitiam dúvidas sobre os seus sentimentos [58] e os Socialistas seguiram-lhes o exemplo, embora tivessem poupado os comentários provocatórios.

Falhada a brandura, o Governo Provisório recorreu a meios mais eficazes, embora menos subtis, e a questão das greves tornou-se um dos problemas centrais dos seus onze meses de poder. Ao contrário do que geralmente se pensa, nunca os dirigentes Republicanos admitiram que, por serem legais, as greves eram também um meio legítimo de protesto [59]. Neste ponto, as opiniões de Radicais e Moderados não diferiam. O mais eminente órgão Conservador, *A Luta* de Camacho, declarava não perceber porque é que os trabalhadores haviam de tomar medidas tão desagradáveis quando podiam estar certos de que a República os não trataria com o mesmo «desdém» que a Monarquia [60]. O jornal *A República Portuguesa,* ligado à Carbonária, achava que os chefes sindicais eram guiados por «um perverso sentimento de vingança e de ingratidão para com uma República generosa, que [já] começara a

---

[57] *Sind.*, 13/11/1910.

[58] *Sind.*, 13/11/1910.

[59] Brito CAMACHO, «Editorial», *Lut.*, 26/11/1910, 4/12/1910 e 12/1/1911; J. MATOS, *Dia. Tar.*, 7/2/1911; etc.

[60] Brito CAMACHO, «Editorial», *Lut.*, 17/11/1910 e 14/12/1910.

emancipação do proletariado», e considerava semelhante atitude «injusta, muito injusta» [61]. Reflectindo fielmente a posição das Comissões Paroquiais de Lisboa do P. R. P. [62], *O Mundo* admitia que certas greves podiam ser «justificadas», protestava que «o seu espírito radical se não tinha tornado conservador com o advento da República», mas acrescentava que qualquer perturbação da vida normal era de momento «inoportuna» [63]. Pràticamente, todos os Republicanos concordavam que os trabalhadores se não deviam confundir com os contra-revolucionários Monárquicos. Porém, todos pensavam também que «criaturas mais do que suspeitas», isto é, «agentes da Monarquia» e até «aristocratas», se ocupavam activamente a «abusar da boa-fé» dos operários e os conseguiam pôr ao serviço de inconfessáveis fins políticos [64]. Consequentemente, os dirigentes Republicanos apresentavam as greves sobretudo como «manobras reaccionárias», ou seja, como «ataques» ao regime, e tendiam a ignorar ou a minimizar os seus verdadeiros motivos. Só *O Mundo* reconhecia às vezes que os trabalhadores nem sempre eram movidos pela ideia de «prejudicar» a República [65]. Mas, mesmo para a compreensão de *O Mundo,* as greves rurais de 1911 foram de mais. França Borges recusou-se terminantemente a acreditar que, embora os camponeses estivessem numa situação reconhecidamente «deplorável», gente «analfabeta [e] fundamentalmente inculta», «ignorante dos protestos económicos colectivos», pudesse ter tido a ideia de fazer uma greve sem «estímulos ocultos», ainda que não se conhecesse qualquer «prova material» da respectiva existência [66].

Este clima geral de opinião, criado logo em Outubro de 1910, inspirou o decreto de 6 de Dezembro desse ano, da responsabilidade de Brito Camacho, pelo qual o Governo Provisório regulou o direito à greve. O «Decreto-Burla», como depressa se tornou conhecido na imprensa operária, seguia de perto a legislação espanhola contemporânea, da autoria do Ultraconservador R. Lacierva. Entre vários obstáculos menores que levantava à livre acção dos trabalhadores, o decreto exigia que estes dessem, pelo menos, uma semana de pré-aviso das suas intenções de abandonar o trabalho e proibia os piquetes em nome das liberdades individuais. Em condições de desemprego endémico, tais regras, se obedecidas, bastariam, por si só, para derrotar a grande maioria das greves e, se desobedecidas, para prover o Governo com um inatacável pretexto para intervir em defesa da lei e da ordem pública, isto é, dos patrões.

Como era de esperar, o «Decreto-Burla» foi recebido com universal indignação. Tanto Anarco-Sindicalistas como Socialistas

---

[61] *Rep. Po.*, 17/11/1910.

[62] «Moção das Comissões Paroquiais de Lisboa do P. R. P.», *Lut.*, 12/1/1911.

[63] «Editorial», *Mun.*, 16/11/1910 e 18/11/1911.

[64] *Mun.*, 17/11/1911; J. MAGALHÃES, *Lut.*, 28/11/1910; etc.

[65] *Mun.*, 13/2/1911.

[66] «Editorial», *Mun.*, 11/6/1911.

acharam que não passava de «uma infâmia» [67], «mais reaccionária» que todas as medidas «coercitivas» da «odiada Monarquia» [68]. No entanto, apesar de uma tempestade de protestos, o Governo Provisório não cedeu. A partir de Dezembro, a Polícia, a Guarda Republicana, o Exército e os Batalhões de Voluntários foram frequentemente chamados a garantir a «liberdade de trabalho». Consistia este democrático exercício em proteger os «fura-greves», dispersar os piquetes e prender os respectivos membros. Os Ferroviários do Porto passaram pela experiência em primeiro lugar, mas os Gasomistas do Porto, os Gasomistas e os Metalúrgicos de Lisboa e muitos outros seguiram-se em rápida sucessão.

Os Batalhões de Voluntários distinguiram-se na repressão às greves pelo seu zelo e brutalidade [69]. Por um lado, em muitos casos, os próprios Voluntários serviram de «amarelos» e acabaram por herdar os empregos dos seus «camaradas» e «irmãos» de trabalho [70]. Por outro lado, mostraram-se especialmente eficientes em operações policiais, que executavam com gosto e aparato. Além das suas actividades em Lisboa e no Porto já atrás mencionadas, em Janeiro de 1911, os Batalhões prenderam Ferroviários em várias cidades e vilas do Alentejo (Évora, Beja, Portalegre, Estremoz, Cuba, etc.); um «belo exemplo» [71] depressa imitado em Setúbal, Almada e Lisboa. Também em Janeiro, Voluntários de Estremoz tomaram a iniciativa de dispersar uma manifestação de Trabalhadores Rurais por salários mais altos [72] e, em Maio e Junho, por todo o Ribatejo (mas não no Alentejo) ajudaram a dominar e a derrotar os camponeses em greve [73].

Demais, os Batalhões não tardaram a alargar os seus interesses da repressão à prevenção. Em Janeiro de 1911, o Governo Provisório decidiu organizar uma onda de histeria colectiva contra a agitação sindical. A imprensa Republicana de Lisboa elevou o tom dos seus ataques aos Anarco-Sindicalistas e sobretudo aos «agentes monárquicos», que supostamente manipulavam os trabalhadores. Os jornais de província seguiram-lhe o exemplo com o seu habitual ardor de prosélitos. Por todo o País se fizeram demonstrações contra as greves, que culminaram em Lisboa com uma parada (pretensamente de 60 000 pessoas), dirigida pelos ardorosos activistas do Partido, os restos mais «respeitáveis» da antiga Carbonária Portuguesa e os Batalhões de Voluntários, de uniforme novo. No meio da excitação geral, estes últimos sentiram-se naturalmente justificados em assaltar A. C., espancar militantes sindicais e, de modo geral, maltratar, como *O Germinal* dizia com fúria, quem quer que não encontrassem «de cócoras» perante o Governo Provisório [74]. Depressa os Voluntários criaram por toda

---

[67] *Voz Pov.*, 25/12/1910.
[68] «Editorial», *Sind.*, 11/12/1910; *Rep. Soc.*, 1/1/1911.
[69] *Sind.*, 26/3/1911 e 9/4/1911.
[70] *Aur.*, 19/2/1911.
[71] *Carb.*, 9/1/1911.
[72] «Carta de Estremoz», *Mun.*, 25/1/1911.
[73] «Carta da Golegã», *Mun.*, 30/5/1911.
[74] *Ger.*, 1/4/1911; *Sind.*, 19/11/1910 e 22/1/1911; *Ger.*, 18/2/1911 e

a parte «um clima de medo e de revolta», porque descobriam «um conspirador em toda a gente que não pertencia ao Partido Republicano» [75]. No Porto, a Polícia dita «Cívica» deu também uma notável contribuição para esta obra de salvação pública [76] e, por toda a parte, os Batalhões foram ajudados nos seus patrióticos esforços pelas inúmeras Carbonárias fundadas depois de Outubro e pelas Juntas de Paróquia [77] e Comissões Paroquiais do Partido, que *O Germinal* sòbriamente classificava de «agremiações perigosas» [78].

Os Batalhões de Voluntários revelaram-se organizações terroristas particularmente eficazes porque uma considerável parte dos seus membros era constituída por trabalhadores. Os Voluntários estavam bem informados sobre o que se passava nas A. C., nas fábricas e nas oficinas, porque muitos trabalhavam para os mesmos patrões dos activistas sindicais, viviam nos mesmos bairros e frequentavam as mesmas tabernas. O conhecimento interior que tinham do movimento operário punha-os numa situação privilegiada em relação à Polícia regular e à Guarda Republicana e também os tornava mais temidos e universalmente detestados.

Em breve a luta entre a República, nas pessoas dos seus Voluntários, e os trabalhadores Socialistas e Anarco-Sindicalistas assumiu o tom violento e amargo de uma questão de família, ou, como *A Voz do Povo* preferia chamar-lhe, de uma «tragédia de família» [79]. *O Sindicalista,* por exemplo, não conseguia esquecer que «os polícias vulgares, a gente da preventiva e os caceteiros» de 1911 tinham sido «os revolucionários» da véspera e, como a maioria dos militantes das A. C., mais os odiava por isso [80]. Sem surpresa, logo em Dezembro de 1910 muitos sindicatos em Lisboa, Porto e Setúbal começaram a expulsar os trabalhadores que se inscreviam nos Batalhões [81] e até a moderada F. G. T. do Porto deu instruções às A. C. nela inscritas para não aceitarem Polícias «Cívicos» ou Voluntários nas suas fileiras [82].

O clima de brutalidade e terror criado pela repressão agravou-se contìnuamente durante os primeiros meses de 1911. Em Março, um conflito entre um grupo de operários de Setúbal e a Guarda Republicana acabou com dois mortos e quatro feridos graves e, por sua vez, provocou greves de protesto em Setúbal, Almada e Lisboa e também uma série de choques especialmente violentos entre militantes sindicais, a Polícia e os Voluntários.

---

25/2/1911; «Moção das A. C. dos Corticeiros e Trabalhadores de Fábricas de Setúbal», *Ger.*, 25/2/1911; *Ger.*, 11/6/1911 e 29/11/1911; etc.

[75] *Ger.*, 1/4/1911; «Editorial», *Sind.*, 24/4/1911; *Voz Pov.*, 22/1/1911.

[76] *Voz Pov.*, 11/12/1910; *Aur.*, 8/1/1911; *Voz Pov.*, 29/1/1911; *Aur.*, 11/2/1911 e 25/2/1911; «Editorial», *Voz Pov.*, 19/2/1911.

[77] Juntas de Poróquia: o equivalente às actuais Juntas de Freguesia. Em 1911, naturalmente constituídas por fervorosos Republicanos.

[78] *Ger.*, 1/4/1911.

[79] *Voz Pov.*, 18/1/1911; *Aur.*, 22/1/1911.

[80] *Sind.*, 22/1/1911.

[81] «Moção da A. C. dos Tipógrafos de Lisboa», *Sind.*, 29/1/1911; «Moção das A. C. dos Corticeiros, Gasomistas e Trabalhadores de Fábricas de Setúbal», *Ger.*, 25/2/1911; etc.

[82] «Comunicado da Federação Geral de Trabalho do Porto», *Voz Pov.*, 11/12/1910.

O Governo Provisório reagiu com a inconsiderada pressa do costume. A. J. de Almeida ameaçou «provocadores» imaginários, os «trabalhadores presos» e ainda «outros que se [viessem] a descobrir» com «os severos castigos da lei» [83]. Fecharam-se imediatamente várias A. C. com pretextos notòriamente fúteis. Carlos Rates, secretário-geral da F. O. S., foi levado para um barco de guerra fundeado no Sado, sem julgamento ou sequer uma acusação precisa.

Os «fuzilamentos» de Setúbal, como melodramàticamente passaram à história, marcaram uma etapa importante na regular deterioração das relações entre a República e as classes trabalhadoras. Contudo, isso não pareceu perturbar excessivamente o Governo Provisório, ou mesmo preocupar a opinião Republicana. Só *O Mundo,* apesar de tudo, ainda a consciência Radical do Partido, e os próprios Batalhões fizeram algumas tímidas tentativas para abrandar as tensões acumuladas durante os seis meses anteriores. A 15 de Março, *O Mundo* preveniu o Governo Provisório, sem efeito visível, de que o regime se não podia permitir resolver o problema das greves «a tiro» [84]. Também treze Batalhões dirigiram uma carta colectiva aos principais órgãos Socialistas e Anarco-Sindicalistas a negar que alguma vez houvessem tomado o partido do «capital contra o proletariado» e servindo de novo a gasta desculpa de que os seus verdadeiros inimigos eram apenas «horripilantes» reaccionários por detrás da cortina [85]. Mas estes vagos gestos de boa vontade nada naturalmente remediaram.

Desde o princípio do século que os militantes operários se encontravam divididos entre os que apoiavam e os que não apoiavam o P. R. P. O Governo Provisório não só reforçou esta divisão e a tornou irreversível, usando trabalhadores para terrorizar trabalhadores, mas também conseguiu impedir que as A. C. e o P. S. P. pudessem colaborar com o regime ou com o Partido, sem que parecessem seguir as pisadas dos ubíquos Voluntários, «Carbonários», Defensores da República e todos os outros activistas e caceteiros que reinavam na rua.

Em Abril de 1911, um jornal Anarco-Sindicalista acusou, pela primeira vez, o Governo Provisório de «asfixiar a liberdade» e mesmo aqueles direitos e privilégios que os trabalhadores estavam «habituados a usufruir durante a Monarquia» [86]. Depressa esta opinião se generalizou e a República passou a ser mais detestada do que jamais o fora o regime anterior [87]. É verdade que o P. R. P. conservou por algum tempo um certo apoio operário [88]. Porém, estes restos da sua abalada popularidade sofreram uma rápida

---

[83] A. J. de ALMEIDA, «Editorial», *Rep.*, 21/3/1911.

[84] «Editorial», *Mun.*, 15/3/1911.

[85] *Rep. Soc.*, 16/4/1911; *Carta do Batalhão de Voluntários 11 de Outubro*, 24/4/1911.

[86] *Ger.*, 1/4/1911.

[87] C. RATES, «Editorial», *Ger.*, 12/8/1911; *Ger.*, 19/8/1911; «Editorial», *Agit.*, 30/7/1911 e 20/8/1911; C. RATES, *Democracias e Ditaduras; Voz Pov.*, 22/1/1911 e 17/2/1911.

[88] *Sem.*, 7/1911.

erosão e não decorreriam quatro anos sem que muitos militantes Socialistas e Anarco-Sindicalistas começassem a conspirar contra a «ditadura» Republicana.

Mais importante ainda: a sistemática e frequentemente brutal repressão dos sindicatos e das greves ajudou a estabelecer, tanto em Lisboa como na província, um estado de guerra latente entre as classes trabalhadoras e os mais puros Republicanos urbanos, com quem o regime se identificava. Os «pobres», os «humildes», os «pequenos» de Outubro de 1910 nunca mais se juntariam numa frente comum contra as secções politicamente conservadoras da sociedade portuguesa. Como Afonso Costa reconheceu muitos anos depois, com a sabedoria retrospectiva do exílio e da derrota, isso contribuiu mais do qualquer outro factor para tornar a República impotente e inviável e preparar a sua pesada queda.

## LISTA DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS CITADAS

**Imprensa das classes trabalhadoras**

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Agitador (O)* | Anarquista | Lisboa | *Agi.* |
| *Aurora (A)* | Anarquista | Porto | *Aur.* |
| *Avante* | Socialista | Barreiro | *Avan.* |
| *Chapeleiro (O)* | Independente | Porto | *Chap.* |
| *Construtor Civil (O)* | Independente | Porto | *Const. Civ.* |
| *Corticeiro (O)* | Independente | Lisboa | *Cort.* |
| *Germinal (O)* | Anarco-Sindicalista | Setúbal | *Ger.* |
| *Reforma Social (A)* | Socialista-Reformista | Lisboa | *Ref. Soc.* |
| *República Social (A)* | Socialista | Lisboa | *Rep. Soc.* |
| *Rude (O)* | Pró-Socialista | Alcácer do Sal | *Rude* |
| *Sementeira (A)* | Anarquista | Lisboa | *Sem.* |
| *Sindicalista (O)* | Anarco-Sindicalista | Lisboa | *Sind.* |
| *Trabalho (O)* | Socialista | Setúbal | *Trb.* |
| *Voz do Operário (A)* | Pró-Socialista | Lisboa | *Voz Op.* |
| *Voz do Povo (A)* | Socialista | Porto | *Voz Pov.* |
| *Voz do Proletário (A)* | Pró-Socialista | Porto | *Voz Prol.* |

**Publicações oficiais**

*Boletim do Trabalho Industrial — B. T. I.*

**Imprensa Republicana**

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Carbonário (O)* | Radical | Évora | *Carb.* |
| *Capital (A)* | Independente, Pró-Radical | Lisboa | *Cap.* |
| *Diário da Tarde* | Conservador | Lisboa | *Dia. Tar.* |
| *Intransigente (O)* | Conservador | Porto | *Int.* |
| *Luta (A)* | Conservador | Lisboa | *Lut.* |
| *Meridional (O)* | Conservador | Mont.-o-Novo | *Mer.* |
| *Montanha (A)* | Radical | Porto | *Mont.* |
| *Mundo (O)* | Radical | Lisboa | *Mun.* |
| *Notícias de Évora* | Independente | Évora | *Not. Ev.* |
| *República (A)* | Conservador | Lisboa | *Rep.* |
| *República Portuguesa (A)* | Radical | Lisboa | *Rep. Po.* |
| *Século (O)* | Pró-Radical | Évora | *Sec.* |
| *Voz Pública (A)* | Pró-Radical | Lisboa | *Voz Pub.* |